



CENTRAL EÓLICA AVENTURA III S.A.

CNPJ nº 29.302.365/0001-52

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

ATIVO	Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)			Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)			Demonstração de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)				
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Nota	31/12/2022	31/12/2021		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
Passivo											
Circulante											
Caixa e equivalente de caixa	7	12.218	5.016	Fornecedores	16	4.770	11.481	Receita operacional líquida	20	36.836	27.968
Concessionárias	8	3.322	3.747	Impostos a pagar	9	1.653	447	Custo do serviço de energia elétrica	21		
Impostos a compensar	9	2.928	2.069	Dividendos e JSCP	10	-	4.093	Custo com energia elétrica			
Materiais para uso e consumo	12	2.296	1.298	Partes relacionadas a pagar	10	4.530	19.124	Encargos de uso da rede elétrica		(2.094)	(1.540)
Adiantamento a fornecedores	13	151	192	Empréstimos e financiamentos	17	2.674	5.051	Energia elétrica comprada para revenda			(1.171)
Despesas antecipadas	14	31	41								(2.691)
		20.947	12.362								(2.711)
Não circulante											
Partes relacionadas	10	65	137	Empréstimos e financiamentos	17	73.035	55.768	Custo de operação			
Cauções e depósitos vinculados	11	2.152	1.519	Provisão para desmantelamento	18	496	603	Dépreciações		(3.837)	(1.927)
Imobilizado	15	112.290	116.311					Materiais e serviços de terceiros		(2.614)	(1.575)
		114.507	117.958					Outros custos de operação		(845)	(753)
										(7.296)	(4.255)
										(9.987)	(6.966)
										26.849	21.002
Total do ativo		135.454	130.330								
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											
Notas explicativas das demonstrações financeiras											
1. CONTEXTO OPERACIONAL											
A Central Eólica Aventura III S.A. ("Companhia" ou "Aventura III"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituida em dezembro de 2017, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Eólica Aventura III e a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e fórum na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º andar, Sala 11, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. 1.1 Autorização do Parque Eólico Aventura III: Em 11 de junho de 2018 o Parque Eólico foi autorizado pelo ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 10 de junho de 2053. Em 20 de dezembro de 2017, a Companhia vendeu 12,8 MW médio de energia no Leilão de Energia 05/2017, por meio do projeto de geração eólica Aventura III, localizado no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pelo prazo de 20 anos, ao preço de R\$10,25/MWh. Conforme despacho ANEEL nº. 2.085, o Parque eólico Aventura III iniciou sua operação comercial em 08 de julho de 2021.											
Usinas Eólicas											
Modalidade Produtor Independente											
Outorga Autorização		RN									
Estado		25,20									
Capacidade instalada (MW)											
Energia assegurada (mm)		14,30									
Ano do início da operação		2018									
Autorização / Registro Início		11/06/2018									
		Término									
		10/06/2053									
2. BASE DE PREPARAÇÃO											
2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 28 de fevereiro de 2023.											
3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO											
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Dessa forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.											
3.1 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivados mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 24, de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.											
4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS											
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, são registradas na nota explicativa nº 24, de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.											
5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS											
As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado. São demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. b) Concessionárias: Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia faturada e não faturada. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. c) Imobilizado: O parque eólico conta, principalmente, com terrenos e edificações e máquinas e equipamentos compreendendo, principalmente, o parque eólico. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciamos pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil e são reconhecidos pelo valor líquido, outras receitas/despesas operacionais. d) Redução ao valor recuperável - Ativos financeiros: São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Ativo não financeiro: A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e intangível, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as expectativas atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil não excede o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. e) Demais ativos circulantes e não circulantes: São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. f) Fornecedores: Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. g) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. h) Provisões - Contingências: São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido, amparada por seus assessores legais externos. Desmantelamento: São constituidas quando exista uma obrigação legal de reposição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encerram-se constituições provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil medida desde a data de origem da obrigação. Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A avaliação											

...continuação

17.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	CENTRAL EÓLICA AVENTURA III S.A. CNPJ nº 29.302.365/0001-52									
	Circulante			Não circulante			Ajuste a valor presente			
	Principal	Juros	Total	Principal	Custos de transação	Total	Outras despesas financeiras	Despesas com garantias bancárias	Total	
Saldo em 31/12/2021	3.498	1.553	5.051	56.177	(409)	55.768	(68)	(60)	(66)	
Ingresso	-	-	-	19.393	-	19.393	(9)	(60)	(63)	
Pagamento principal	(2.903)	(2.903)	-	-	-	-	(535)	(63)	(598)	
Pagamento de juros	(7.533)	(7.533)	-	-	-	-	(6.528)	(2.653)	(2.359)	
Juros provisionados	-	5.885	5.885	-	-	-	(6.051)	(2.359)	(2.359)	
Transferências	2.172	-	2.172	(2.172)	-	(2.172)	-	-	-	
Amortização	-	-	-	-	46	46	-	-	-	
Saldo em 31/12/2022	2.949	(275)	2.674	73.398	(363)	73.035	-	-	-	
17.3 Vencimentos dos empréstimos a longo prazo:										
Descrição		Valor								
Em 2 anos		3.036								
Em 3 anos		3.316								
Em 4 anos		3.522								
Em 5 anos		3.720								
Mais de 6 anos		59.802								
Total		73.396								

17.4 Garantias contratuais: Em virtude do referido empréstimo, a Companhia cedeu os seguintes itens como garantia: ações da Companhia, receta proveniente da venda de energia elétrica no ambiente regulado e os seus ativos de geração (máquinas e equipamentos). **17.5 Obrigações contratuais:** Adicionalmente, a Companhia ainda possui determinadas obrigações contratuais (obrigantes), ei, virtude do empréstimo contratado junto ao BNB, as quais serão exigidas somente após o iniciada operações, abaixo detalhamos essas obrigações: • Apresentar fiança bancária referente a 100% do saldo devedor;

• Apresentar em conta caução e depósitos vinculados um saldo disponível na conta de reserva de serviço de dívida no 2,51% do valor desembolsado. A Administração da Companhia monitora essas obrigações contratuais de forma sistemática e constante, assegurando-se assim que essas obrigações sejam atendidas.

18. PROVISÃO PARA DESMANTELAMENTO

	31/12/2022	31/12/2021
Desmantelamento	486	603
Total	486	603

A movimentação do desmantelamento no exercício é a seguinte:

	Provisão
Saldo em 31/12/2021	603
Desmantelamento	(185)
Atualização monetária	68
Saldo em 31/12/2022	486
Provisão para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desse natureza nas usinas de geração de energia elétrica própria para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido à existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento. A provisão para desmantelamento do Parque Eólico de Aventura III está registrada em contrapartida ao imobilizado (nota explicativa nº 15). O prazo provisório para realização dessa provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Eólico. O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experimentes nesse tipo de atividade, projetado até o fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e, posteriormente, calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 11,23% a.a.	

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
19.1 Capital social: O Capital social em 31 de dezembro de 2022 totalmente integralizado é de R\$20.622 (2021 R\$ 20.622). O Capital social é composto de 137.807.788 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

	31/12/2022	31/12/2021
Nº de ações	137.807.788	137.807.788
%	100%	100%

19.2 Destinação do lucro: Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois deduzida a parcela da constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. No entanto, a Companhia deverá observar o disposto no parágrafo primeiro do artigo 21 do Estatuto Social, devido ao contrato de financiamento junto ao BNB, o qual prevê que a Companhia poderá deixar de distribuir dividendos, juros sobre o capital próprio, ou qualquer título, pagamento ou remessas de recursos a seus controladores ou acionistas, em função de obrigações financeiras assumidas para consecução de seu objeto social.

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	19.072	17.480
Não circulante	-	-

20. RECEITAS OPERACIONAIS
20.1 Recepção de serviços de fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta	38.231	29.028
Total de receita bruta	38.231	29.028

Deduções à receita operacional

	31/12/2022	31/12/2021
PIS/COFINS	(1.395)	(1.060)
Total	36.836	27.968

MWh comercializado (não auditado)

	31/12/2022	31/12/2021
(a) Conforme despacho ANEEL nº 2.084, o Parque Eólico Aventura II iniciou sua operação comercial em 08 de julho de 2021.	121	112

21. GASTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Custo do serviço	-	-
Com energia elétrica	-	-

Encargos de uso da rede elétrica (a)

	31/12/2022	31/12/2021
Encargos de uso da rede elétrica (a)	(2.094)	(1.540)
Total	597	867

Encargo comprada para revenda

	31/12/2022	31/12/2021
Encargo comprada para revenda entre partes relacionadas	(304)	(271)

Com a operação e manutenção

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros e materiais	(1.939)	(1.229)
Compartilhamento de custos	(508)	(346)
Depreciação	(3.837)	(1.927)
Seguros	(84)	(57)
Despesas tributárias	(27)	(23)
Outras despesas partes relacionadas	(397)	(237)
Aluguelas e arrendamentos	(505)	(459)
Total	7.296	4.255

Despesas gerais

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros e materiais	(32)	(82)
Doações	(22)	(15)
Outras despesas administrativas	(358)	(84)
Total	(412)	(181)

22. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2022</
--	--------------